

SEM-TERRA SÃO ATACADOS POR ÍNDIOS PATAXÓS NA BAHIA E POR JAGUNÇOS EM PERNAMBUCO

UM DIA VIOLENTO

Dez pistoleiros armados invadiram o acampamento Engenho Brillante, ocupado por trabalhadores rurais sem terra no município de Tracunhaém (a 64km do Recife) e atiraram contra os barracos onde residem 105 famílias. Os agricultores Severino José da Silva, 38 anos, e Josemar Vicente Ferreira, 22, foram feridos por balas de pistolas e espingardas. Vários barracos ficaram destruídos, segundo dirigentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que acusam o proprietário do Engenho Brillante, André Didier Filho, de ter contratado os pistoleiros.

"Vivemos horas de pânico. Só por milagre não houve mortes", disse a coordenadora da Ação Pastoral da Terra de Pernambuco, Marluce Melo, afirmando que o ataque ao acampamento durou cerca de duas horas. A área, de 300 hectares, foi ocupada pelos trabalhadores rurais no dia dois de julho e, desde então, segundo as lideranças dos sem-terra, eles sofreu sucessivos ataques. Os líderes também acusam o filho do proprietário de contratar pistoleiros para "sequestrar e torturar agricultores", como forma de forçar a desocupação da fazenda. A área, afirmam, é considerada "improdutiva e abandonada". O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) prometeu entregar um laudo sobre a produtividade ou não da área até o dia oito de agosto, mas até agora não concluiu o estudo.

Na Bahia, cerca de 50 índios pataxós invadiram quinta-feira à noite o Assentamento Corumbau, no município de Prado, a 790km de Salvador, mataram animais, derrubaram cercas, destruíram plantações e expulsaram as 25 famílias de colonos que moravam no local. Na semana passada, os pataxós ocuparam o Assentamento Três Irmãos, também situado nas cercanias da aldeia, expulsando 44 famílias. Agora estão reunindo mais índios para expulsar da agrovila as 95 famílias de agricultores assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

UM POUCO DE PAZ NO RIO GRANDE DO SUL

Nabor Goulart/RBS



As 300 famílias de sem-terra que ocuparam a fazenda Figueira, em Santana do Livramento (RS) (foto), no dia 4, deixarão a área hoje, conforme acordo fechado ontem entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST-RS) e o governo gaúcho, que concordou com a criação de um projeto de reforma agrária com recursos do Funterra. O líder sem-terra Darci Maschio disse que o impasse foi resolvido em conversa com o chefe da Casa Civil

do Palácio Piratini, João Carlos Bona Garcia, "com participação indireta do governador Vicente Bogo". Satisfeito, ele elogiou a disposição para o diálogo: "Houve avanço". O acerto envolveu novas conversações entre as partes. Maschio expli-

cou que na próxima semana o presidente do Incra, Milton Seligman, e, talvez, o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, estarão em Porto Alegre para discutir com o MST um plano de assentamentos para o Rio Grande do Sul.

BENEFICÍCIAS

Os agricultores expulsos de suas glebas se refugiaram na agrovila do Corumbau, onde moram cerca de 500 pessoas. De acordo com o núcleo do MST da região, já foram gastos mais de R\$ 500 mil em melhorias no assentamento, que tem eletrificação, postos médicos e escolas. O movimento quer que o Incra providencie outra área, caso os trabalhadores rurais tenham que sair definitivamente das terras reivindicadas pelos índios.

Além da disputa por terra, a seca foi motivo de mais confusão envolvendo sem-terra ontem. No Piauí, cerca de 70 trabalhadores rurais do município de Esperantina (172 km ao norte de Teresina), cansados e famintos, ocuparam a sede da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) na capital. Eles já invadiram a Comissão de Defesa Civil e agora estão na segunda fase do protesto contra a não-inclusão dos municípios de Esperantina, Lusilândia, Morro do Chapéu, Joca Marques, Madeiro e Santa Filomena nos programas da frente de emergência mantidos pela Sudene e governo do estado.

Liderados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura, os manifestantes denunciaram a situação de desespero por que passam. Afirmaram que uma grande mentira os atrapalha: a de que não houve seca no norte do Piauí. Segundo eles, a seca é tão intensa que obrigou nada menos que 200 lavradores a deixarem suas casas para vir a Teresina em busca de trabalho. O vigário de Esperantina, padre Ladislau João da Silva, confirmou que falta água até para o consumo humano.

ARTIGO

TERRA E EMPREGO

Raul Jungmann

Um dos debates que ocorriam no Brasil, no início do atual governo, era sobre qual o papel da reforma agrária e da agricultura no processo econômico. Essa questão dividia tanto os economistas quanto os formuladores das políticas. Perguntava-se, então, se, na atual fase do desenvolvimento nacional, a reforma agrária teria algum sentido econômico para além dos seus efeitos sociais reconhecidos, tais como o combate à pobreza e à fome, redução das desigualdades, contenção da migração campo-cidade e outros. O Seminário sobre Distribuição de Riqueza, a Pobreza e o Crescimento Econômico, realizado recentemente em Brasília, ofereceu uma resposta cabal à questão.

Economistas de todo o mundo, vinculados às mais importantes instituições de pesquisa, como o Massachusetts Institute of Technology, a Universidade de Berkeley e a London School of Economics, entre outras, juntamente com técnicos do Banco Mundial e do BID e, ainda os brasileiros vinculados a instituições de ensino e pesquisa e da área governamental, concluíram que a redistribuição da terra, que é um ativo econômico, produz efeitos agregados e sustenta o crescimento. Além disso, este e o modo mais eficaz de combater a pobreza rural ainda existente em países da América Latina, África e Ásia.

Estudos econômicos demonstram que não existe um trade off (relação) entre crescimento econômico e distribuição de riqueza, ao contrário do que foi sustentado pelo economista Simon Kusnetz, nos anos 70, e que lhe valeu um Prêmio Nobel de Economia. Conforme estudos do Banco Mundial, utilizando dados de 98 países, não foram encontradas as evidências sugeridas por Kusnetz, que baseou suas conclusões usando, à época, dados que cobriam apenas Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido. A brilhante análise realizada no seminá-

rio por Joseph Stiglitz, vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial, demonstrou que países cujo desenvolvimento se alicerçou numa base de maior redistribuição de ativos sustentaram taxas elevadas de crescimento econômico por longos períodos. Stiglitz cita o exemplo da China que, hoje, emprega no campo um número superior a 500 milhões de pessoas e tem uma produção de grãos que se aproxima de 500 milhões de toneladas por ano.

As conclusões do seminário, expressas na Declaração de Brasília, e sugeridas por Stiglitz desde sua conferência de Helsinque, realizada em janeiro deste ano, constitui o que ele denominou de "pós-Consenso de Washington". Nessa palestra, entre outras conclusões, reconheceu-se o papel ativo dos governos nas reformas de segunda geração e que estas devem vir em seguida aos programas de estabilização macroeconômica, considerados indispensáveis para permitir políticas que visem a redução das desigualdades. O fortalecimento das instituições da sociedade civil deve ser parte daquelas reformas, bem como uma adequada regulação dos mercados de fatores, a exemplo do financeiro, para um melhor funcionamento da economia.

O seminário concluiu, também, que programas como o que o Brasil vem desenvolvendo no campo da reforma agrária, assim como os novos instrumentos como o Cédula da Terra e Banco da Terra, menos conflitivos do que os tradicionais, são viáveis e têm espaço no desenho das políticas públicas que tratam da reforma agrária e da agricultura familiar, fundamentais para a geração de emprego e renda na atual conjuntura brasileira.

■ Raul Jungmann é ministro extraordinário de Política Fundiária

Incra opta por leilão

Campo Grande — O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) desistiu de desapropriar fazendas no país. A informação é do presidente do órgão, Milton Seligman. "Nós preferimos comprar terras através de leilões, ou mesmo no mercado imobiliário convencional. Dessa forma, estamos imprimindo mais velocidade na reforma agrária, com a redução de problemas", explicou. Segundo ele, as desapropriações causam transtornos na Justiça, atrasando a reforma agrária em todos os estados, principalmente em Mato Grosso do Sul, onde existe o maior número de questões fundiárias para serem resolvidas junto ao Poder Judiciário.

Seligman citou o caso da Sociedade de Melhoramento e Colonização (Someco), que teve 16 mil hectares desapropriados no município de Ivinhema, a 329 km de Campo Grande. A desapropriação está sendo contestada pelos proprietários desde 1986, quando centenas de famílias de brasiguaios resolveram deixar as lavouras do Paraguai e entrar no estado, fazendo um acampamento gigante em Mundo Novo, na divisa com Guaíra, no Paraná.

Com o assentamento dos brasiguaios nos 16 mil hectares da Someco, formou-se um núcleo urbano que hoje é o município de Novo Horizonte do Sul, com prefeito e vereadores que foram sem-terra.

Na ocasião, a desapropriação custou o equivalente a R\$ 8 milhões, mas a Someco discorda e quer pelas terras um total de R\$ 600 milhões.

Esta semana, o assunto foi analisado pela Justiça Federal, que decidiu conceder liminar ao Incra, suspendendo o pagamento de R\$ 600 milhões até o julgamento do mérito.

Esse não é o primeiro caso em que o órgão ganha na Justiça, segundo lembrou Seligman, comentando que desde 1986 o Incra já deixou de pagar mais de R\$ 1,3 bilhão, reivindicados por fazendeiros que tiveram suas terras desapropriadas em várias unidades da federação. Seligman afirmou que as ações judiciais provocam desproporções enormes nas metas de assentamentos do Incra. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, disse, estão assentadas 2.750 famílias este ano, enquanto que no Mato Grosso não de praticamente não houve contestações judiciais sobre as desapropriações, 11,5 mil famílias receberam lotes.

O presidente do Incra destacou que ao passar da condição de desapropriador para a de maior comprador de terras rurais da América do Sul, o órgão está ganhando em transparência e se democratizando. "As compras são feitas pelo valor de mercado. Nem mais, nem menos, e para tanto temos informações de preços do Brasil inteiro, através de um sistema integrado de computadores", explicou.

Milton Seligman condenou as ações de grupos que atuam no Paraguai convencendo os brasiguaios de que é fácil obter áreas rurais no Brasil. "Se vierem, terão que entrar na fila de espera. E não vai ser pouco tempo de espera."